

AVALIAÇÃO DO DESCARTE DE RESÍDUOS DE FÁRMACOS NA CIDADE DE PELOTAS-RS

BLANK, Daiane Einhardt¹; SZCZEPANIAK, Roberta Foerstnow²; VIEIRA, Juliana Guerra³

^{1,2} Universidade Católica de Pelotas, Química Ambiental; ² Universidade Católica de Pelotas, Centro Politécnico. juguerraveira@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Os riscos ambientais decorrentes do descarte inadequado de resíduos de medicamentos têm aumentado com o progresso tecnológico. A rota de entrada desse tipo de resíduo no ambiente ocorre por meio do lançamento de esgotos domésticos em cursos de água, efluentes de indústrias farmacêuticas, efluentes rurais e disposição inadequada de fármacos após expiração do prazo de validade. O objetivo desse trabalho foi analisar os aspectos legais e ambientais do descarte de resíduos de fármacos. Sendo assim, realizou-se uma pesquisa descritiva e exploratória, concretizada por meio de atividades de trabalho de campo, em quatro farmácias de manipulação da cidade de Pelotas- RS, com uma investigação da literatura e legislação vigente. Primeiramente realizou-se uma revisão bibliográfica, a fim de levantar os riscos do descarte inadequado dos RSSS/RM (resíduos sólidos de serviço de saúde/resíduos de medicamentos) e realizar uma análise do cenário, fundamentada na legislação, do gerenciamento desses resíduos. As informações foram organizadas em questionários. Na pesquisa realizou-se o levantamento de dados e análise dos gerenciamentos de RSSS e legislação. O presente trabalho evidenciou a necessidade de leis mais específicas quanto ao descarte final de resíduos de fármacos.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A pesquisa foi realizada em quatro farmácias de manipulação na cidade de Pelotas, RS, sendo denominadas por números 1, 2, 3 e 4. Foi elaborado um questionário como instrumento de coleta de dados das farmácias, contemplando questões relativas ao detalhamento do empreendimento como razão social, CNPJ, endereço e ano de fundação. O questionário foi aplicado no período de junho a dezembro de 2010. O questionário envolveu questões relativas ao faturamento anual conforme enquadramento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e solicitou a indicação do número de funcionários vinculados. O foco principal do questionário foi a produção de resíduos, sendo abordadas questões relativas aos grupos de resíduos produzidos pelo estabelecimento, sendo necessário a indicação da existência ou não de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde.

O empreendedor também indicou o destino final das embalagens de medicamentos vencidos dentro da farmácia e a quantidade estimada de resíduos químico-farmacêuticos gerada mensalmente. Os empreendedores informaram também os custos envolvidos na destinação adequada dos RSSS no estabelecimento. Foi abordado também no questionário se os empreendedores realizavam a prática de retorno das matérias primas para a empresa quando não se

encontram em prazo de validade e ainda se sabiam como proceder este retorno e as regras para tanto. Também foi abordado no levantamento se os funcionários sabem como proceder quando um usuário ou consumidor se reporta à farmácia solicitando a devolução de um medicamento fora da validade ou que não necessita mais utilizá-lo. Outro ponto de relevância do questionário foi a indicação por parte do empreendedor se existe fiscalização do estabelecimento por órgãos relacionados ao meio ambiente e caso positivo a frequência das visitas de fiscalização, necessitando a indicação de qual órgão os tem fiscalizado. E por fim o questionário solicitou a indicação da existência de alguma certificação ambiental ou de qualidade junto ao empreendimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tab. 1 apresenta os resultados sintetizados da pesquisa realizada nas farmácias de manipulação.

Tabela 1 - Resultados sintetizados da pesquisa realizada nas farmácias de manipulação.

Descrição	Farmácia 1	Farmácia 2	Farmácia 3	Farmácia 4
Tempo de mercado (anos)	8	18	10	30
Porte	Microempresa	Microempresa	Microempresa	Pequena empresa
Numero de colaboradores	10	30	20	70
Foco de atuação	Manipulação de medicamentos	Manipulação de medicamentos	Manipulação de medicamentos	Manipulação de medicamentos
Certificação de qualidade ambiental	Não	Não	Não	Não
Fiscalização	ANVISA	ANVISA	ANVISA	ANVISA
Frequência da fiscalização	Anual	Anual	Anual	Anual
Respondeu ao questionário	Gerente comercial	Administrador	Farmacêutico	Farmacêutico

Os dados constantes na Tab. 1 deixam claro que nenhuma das empresas abordadas no presente estudo possui algum tipo de certificação de qualidade ambiental, sendo uma problemática para o ambiente a qual deve ser sanada. Percebe-se também que todos os empreendimentos são fiscalizados anualmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Com relação aos tipos de resíduos produzidos pelas farmácias de manipulação pesquisadas os mesmos estão dispostos na Tab. 2.

Tabela 2 - Tipos de RSSS produzidos pelas farmácias de manipulação pesquisadas

Classificação dos RSSS	Farmácia 1	Farmácia 2	Farmácia 3	Farmácia 4
Grupo A1 (resíduos infectantes)	Sim	Sim	Sim	Sim
Grupo B (resíduos químicos)	Sim	Sim	Sim	Sim
Grupo C (resíduos radioativos)	Não	Não	Não	Não
Grupo D (resíduos comuns)	Sim	Sim	Sim	Sim
Grupo E (resíduos perfuro- cortantes)	Sim	Sim	Sim	Sim
Apresenta PGRS	Sim	Sim	Sim	Sim
Quantidade gerada de RSSS (kg)	38,80	99,39	60,49	211,99

Percebe-se na Tab. 2 que, em decorrência dos processos de manufatura, distribuição e prestação de serviços, estão sujeitos à produção de diversos tipos de resíduos. Dentre os gerados, destacam-se os do grupo B, resíduos químicos, os quais se enquadram os resíduos de medicamentos.

De acordo com Resolução CONAMA nº 358/05, os resíduos oriundos da produção, formulação, preparação e utilização de produtos farmacêuticos, bem como resíduos de medicamentos, estão enquadrados como resíduos perigosos e devem ser tratados com a devida atenção. Assim, para melhor gerenciamento dos resíduos produzidos pelos estabelecimentos prestadores de serviço de saúde, a legislação determina que os mesmos, devem elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde (PGRSS).

Para Garcia e Ramos (2004), devido às condições precárias do sistema de gerenciamento de resíduos, no Brasil, não há estatísticas precisas a respeito do número de geradores, nem da quantidade de resíduos de serviço de saúde gerada diariamente. Principalmente os processos de gerenciamento desses têm sido amplamente discutidos em virtude das consequências que pode gerar para os profissionais da saúde, para os pacientes e o meio ambiente,, quando o descarte é realizado de forma inadequada. No Brasil, não se dispõe de dados precisos sobre a produção e qualidade da maior parte dos resíduos sólidos. O que se sabe, pela constatação da presença de resíduos de forma indiscriminada no ambiente, além daqueles dispostos em sistemas sob controle, é que as quantidades são elevadas e os problemas decorrentes são bastante graves (FERREIRA, 2005).

Segundo a RDC 358/05 no seu Art. 4º determina: "Os geradores de RSSS, em operação ou a serem implantados, devem elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde- PGRSS, de acordo com a legislação vigente, especialmente as normas da vigilância sanitária".

A legislação prevê a execução desse plano como uma ferramenta para tornar mínimos os impactos ambientais e riscos gerados por eles. O PGRSS também é uma forma que possibilita medir resultados de eficiência e contribuir no processo de redução da geração desses resíduos. Assim, neste estudo as farmácias de manipulação apresentam o PGRSS, pois durante a fiscalização anual desses estabelecimentos por representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, é cobrado mediante a penalidade de não haver renovação da licença sanitária caso a empresa não disponha desse documento.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho evidenciou a necessidade de leis mais específicas quanto ao descarte final de Resíduos de Fármacos, mas por outro lado, faz-se necessário um maior rigor na fiscalização e aplicabilidade das leis ambientais já existentes. Assim sendo, tanto uma maior fiscalização do cumprimento de legislações ambientais, quanto a participação em atividades altruístas voltadas a educação ambiental tornam-se de extrema importância. Por outro lado, vale ressaltar que a realidade sanitária do país, com infraestrutura precária, ausência de aterros sanitários, é outro fator que dificulta os processos de tratamento adequado de resíduos de natureza biológica ou química.

5 REFERÊNCIAS

ANVISA. **Resolução RDC nº306, de 07 de dezembro de 2004**. Disponível em: www.e-legis.anvisa.gov.br/leiserf/public/showAct.php?id=13554&word=RDC. Acesso em: 17 de jun 2011.

CONAMA – Conselho Nacional do meio ambiente. **Resolução nº358-2005**. Disponível em: www.resol.com.br/textos/RESOLUÇÃO%20CONAMA%2083.htm. Acesso em: 17 de jun 2011.

FERREIRA, J. A. **Resíduos sólidos e lixo hospitalar: Uma discussão ética**. Cad. Saúde Públ. v.11 n.2, Rio de Janeiro, abr./jun. 2005.

GARCIA, L. P.; RAMOS, B. G. Z. **Gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde: uma questão de biossegurança**. Cad. Saúde Pública v. 20, n.3, Rio de Janeiro maio/jun. 2004.